

*INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB*  
**COMISSÃO DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

**PROPOSTA DE INDICAÇÃO Nº 075/2019**

Indicante: Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'Anna

**PARECER**

**EMENTA**

Proposta de Emenda à Constituição nº. 187/19 (PEC DOS FUNDOS PÚBLICOS). Institui reserva de Lei Complementar para a criação de fundos públicos; extingue fundos públicos infraconstitucionais no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, caso não sejam ratificados por lei complementar específica no prazo de dois anos. Desvinculação de receitas para pagamento da Dívida Pública. Manutenção das contribuições após a extinção dos referidos Fundos. Análise de Constitucionalidade.

Inexistência de inconstitucionalidade na alteração do art. 167, inciso IX, da Constituição, apenas no que concerne à instituição de reserva de Lei Complementar para a criação de fundos públicos.

Extinção indiscriminada de todos os Fundos Públicos infraconstitucionais no âmbito de Estados, Distrito Federal e Municípios. Violação ao Princípio Federativo. Inconstitucionalidade. Inteligência do art. 60, § 4º, I, da Constituição Federal.

A manutenção das obrigações tributárias de recolhimentos para os referidos fundos, após a sua extinção, converte simples contribuição em imposto, fora das hipóteses de incidência prevista na Constituição (art. 154), caracterizando desvio de finalidade.

Inconstitucionalidade também na redação final do art. 5º da PEC (aprovada pela CCJC/SF), por permitir interpretação no sentido que os recursos dos Fundos Constitucionais, estranhos ao escopo da proposta, sejam redirecionados ao pagamento da dívida pública.

Necessidade de análise pormenorizada e específica de cada fundo infraconstitucional afetado pela proposta, cujos recursos estão vinculados à áreas sensíveis como saúde, educação, cultura, segurança, meio-ambiente, etc., sendo certo que a extinção de alguns deles, por influenciarem diretamente na efetivação de direitos e garantias fundamentais, pode caracterizar inconstitucionalidade por violação ao núcleo material do art. 60, § 4º, IV, bem assim ao art. 5º, § 2º., da Constituição.

**Palavras-chave:** Fundos Públicos. Políticas Públicas. Pacto Federativo. Obrigação tributária. Desvinculação de receita. Análise da Constitucionalidade.

Trata-se de proposta de Emenda Constitucional (PEC) apresentada pelo líder do governo – senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) juntamente com o senador Eduardo Gomes (MDB/TO) - com o objetivo de **instituir reserva de Lei Complementar para a criação de Fundos Públicos** e propondo a **eliminação de vários fundos públicos infraconstitucionais** no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, caso não sejam ratificados pelos respectivos poderes legislativos até o final do segundo exercício financeiro subsequente à data de eventual promulgação da emenda<sup>1</sup>.

Segundo a justificação que a acompanha, a PEC visa “*restaurar a apacidade do Estado Brasileiro de definir e ter políticas públicas condizentes com a realidade socioeconômica atual, sem estar preso a prioridades definidas no passado distante, que dadas às dinâmicas públicas, sociais, econômicas e demográficas, podem não mais refletir as necessidades e prioridades da sociedade brasileira no momento atual*”. Ainda de acordo com os autores, depois de 31 anos da promulgação da Carta Magna, “*faz-se necessário revisão, mudanças e modernização do arcabouço constitucional que disciplina os orçamentos públicos, de forma a dar mais racionalidade na alocação dos sempre escassos recursos públicos, e ainda recuperar a capacidade tanto do Poder Executivo, como principalmente do Poder Legislativo, de alocar e definir suas prioridades de gastos públicos, de acordo com as diretrizes governamentais vigentes e a realidade atual*”. Além disso, uma vez que os referidos Fundos não sejam ratificados no prazo estipulado, o patrimônio de cada um deles deverá ser “*transferido para o respectivo Poder Ente Federado ao qual o Fundo se vinculava*”, possibilitando desta forma que cada Ente federado “*possa contar com recursos antes represados legalmente, gerando maior flexibilidade em seus orçamentos, em momento de sabida restrição fiscal*”.

---

<sup>1</sup> Referida PEC é uma de três propostas que compõem o chamado PLANO MAIS BRASIL: **PEC-186/2019** (PEC EMERGENCIAL), **PEC-188/2019** (PEC DO PACTO FEDERATIVO), e **PEC 189/2019** (PEC DOS FUNDOS PÚBLICOS). Disponível na íntegra em <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-mais-brasil>

---

A proposta foi recebida em 05 de novembro de 2019, e subscrita por 37 senadores<sup>2</sup> de diversos partidos, recebendo emendas já a partir do dia seguinte. Ao total, foram apresentadas 75 (setenta e cinco) emendas de variados teores, por senadores que representam os mais diversos partidos políticos, todas amplamente debatidas no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal nos meses subsequentes, período em que foram apresentados, debatidos e reformulados nove relatórios, sendo finalmente aprovada, por maioria<sup>3</sup>, em 04 de Março do corrente ano. Em 09 de março de 2020, a matéria foi destacada como **pronta para deliberação do Plenário do Senado Federal**.

A análise de constitucionalidade de iniciativas legislativas com intuito de rever ou modificar a Carta Magna tem limites circunstanciais, temporais e materiais claramente estabelecidos nela própria, todos já consagrados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em numerosas decisões plenárias. São eles: **(a)** os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, atribuindo o poder de iniciativa às autoridades expressamente citadas (art. 60, incs. I a III); **(b)** proibição de emenda na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio (art. 60, § 1º.); **(c)** discussão e votação em dois turnos, em cada uma das casas do Congresso Nacional, com um mínimo de três quintos dos votos dos respectivos membros (art. 60, § 2º.); **(d)** proibição de que qualquer matéria já rejeitada ou havida por prejudicada na mesma sessão legislativa possa ser objeto de nova proposta (art. 60, § 5º.); **(e)** as limitações materiais explícitas, que criam o chamado núcleo intangível e imune à ação revisora, **as Cláusulas Pétreas**, que incluem a forma federativa de Estado; voto direto, secreto, universal e periódico; separação dos Poderes e direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º.), lembrando que, por força do disposto no § 2º do art. 5º, da Constituição Federal os direitos e garantias referidos no art. 60 não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

---

<sup>2</sup> Senadores: Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Carlos Viana (PSD/MG), Chico Rodrigues (DEM/RR), Ciro Nogueira (PP/PI), Confúcio Moura (MDB/RO), Dário Berger

(MDB/SC), Eduardo Braga (MDB/AM), Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Eduardo Gomes (MDB/TO), Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Esperidião Amin (PP/SC), Izalci Lucas (PSDB/DF), Jorginho Mello (PL/SC), Juíza Selma (PODEMOS/MT), Lasier Martins (PODEMOS/RS), Luis Carlos Heinze (PP/RS), Luiz do Carmo (MDB/GO), Mailza Gomes (PP/AC), Major Olimpio (PSL/SP), Marcio Bittar (MDB/AC), Marcos do Val (PODEMOS/ES), Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Nelsinho Trad (PSD/MS), Omar Aziz (PSD/AM), Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Otto Alencar (PSD/BA), Plínio Valério (PSDB/AM), Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Simone

Tebet (MDB/MS), Tasso Jereissati (PSDB/CE), Telmário Mota (PROS/RR), Vanderlan Cardoso (PP/GO), Wellington Fagundes (PL/MT), Zequinha Marinho (PSC/PA)

<sup>3</sup> Vencidos apenas os Senadores Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Weverton e Humberto Costa.

A *Proposta de Indicação* suscitada no âmbito do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), e submetida à apreciação desta Comissão de Direito Constitucional, sustenta que a PEC em questão, tal como apresentada, teria “grave repercussão para o Estado Democrático e a sociedade (...) notadamente em relação às consequências para o Estado Brasileiro e os Direitos Fundamentais que consolidam o Estado do Bem-Estar Social neste país” (*verbis*). Isto porque, alerta o proponente, a referida PEC “propõe a extinção de todos os fundos infraconstitucionais existentes no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, salvo melhor juízo, o patrimônio acumulado em cada fundo seria transferido para o ente federado ao qual estivesse vinculado, com esta regra se aplicando a todos os fundos não previstos nas Constituições e Leis Orgânicas de todos os entes federativos”. Além disto, acrescenta, “se a extinção de todos estes Fundos é polêmica, a destinação desses recursos financeiros para pagar juros da dívida é um absurdo completo” porquanto traria “grave prejuízo às políticas públicas sociais” (*verbis*).

Certo que louváveis as preocupações do ilustre proponente, em especial ao considerarmos os termos iniciais da proposta apresentada, cuja redação, no mínimo, deixou margem para consideráveis questionamentos em relação ao seu escopo e a possível transbordamento dos limites materiais acima destacados, mormente quanto a eventuais gravames, mesmo que indiretamente, a direitos fundamentais.

Contudo, há que se ter em mente que a liberdade do intérprete, no que toca à avaliação de constitucionalidade de Propostas de Emendas Constitucionais é altamente **restritiva**, o que previne a possibilidade de transpor eventuais inconvenientes para o campo da inconstitucionalidade. Muito esclarecedor a este respeito o julgado proferido pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL no Mandado de Segurança 24.875, cuja ementa se transcreve, *verbis*:

Com relação a emendas constitucionais, **o parâmetro de aferição de sua constitucionalidade é estreitíssimo**, adstrito às limitações materiais, explícitas ou implícitas, que a Constituição imponha indubitavelmente ao mais eminente dos poderes instituídos, qual seja o órgão de sua própria reforma. **Nem da interpretação mais generosa das chamadas "cláusulas pétreas" poderia resultar que um juízo de eventuais inconveniências se convertesse em declaração de inconstitucionalidade** da emenda constitucional que submeta certa vantagem funcional ao teto constitucional

de vencimentos. [MS 24.875, rel. min. Sepúlveda Pertence, j. 11-5-2006, P, DJ de 6-10-2006.]

Com isto em mente, o que se verifica da análise de todo o processo legislativo levado a efeito até o momento da aprovação do Relatório pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CCJC/SF), é que a matéria vem sendo amplamente debatida pelos parlamentares, com a ativa participação dos partidos representados na casa, inclusive com consulta pública online<sup>2</sup>, contabilizando não menos que 75 emendas, com os mais variados conteúdos. De tudo, resulta novo texto muito mais esclarecedor e, ao que parece, efetivamente forjado num dos mais importantes pilares do sistema democrático: a construção do consenso. Nada a opor, portanto, quanto ao cumprimento dos aspectos formais. Já quanto às questões materiais envolvidas há necessidade de maiores reflexões.

Como dito de início, a PEC ora em análise trata basicamente de duas questões: **(a)** o estabelecimento de reserva de lei complementar para a futura criação de fundos públicos em qualquer esfera, e **(b)** a extinção dos fundos públicos infraconstitucionais existentes com o consequente redirecionamento dos recursos a estes vinculados, e a imposição de prazo exíguo de 2 anos para ratificação daqueles eventualmente considerados de importância suficiente para a sua continuidade, via lei complementar. A polêmica se instaura, à primeira vista, com relação a este segundo e, portanto, dele trataremos na sequência.

Primeiramente é de se esclarecer que a proposta busca a extinção dos fundos públicos infraconstitucionais, de modo que não atinge aqueles estabelecidos na Constituição, bem assim nas constituições e leis orgânicas dos entes federados. Excluídos também todos os Fundos mencionados nos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Conforme expressamente mencionado na fundamentação original da PEC, portanto, estariam excluídos fundos tais como os fundos constitucionais por repartição de receitas, como os **Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM)**, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (**FUNDEB**), e o **Fundo Nacional de Saúde (FNS)**.

O Relatório aprovado pela CCJC/SF foi mais exigente na delimitação destes fundos, protegendo da extinção todos aqueles que, embora criados por lei e não explicitamente mencionados na Constituição, recebem receitas vinculadas às diretrizes

---

<sup>2</sup> Na pesquisa de opinião online, questionados sobre o apoio ou não à PEC, a absoluta maioria dos votantes respondeu NÃO (2869) contra apenas 181 votos sim. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=139703>

definidas no texto constitucional. Por conta disto, incluiu no projeto a proteção explícita e inquestionável a todos aqueles fundos criados para operacionalizar vinculações de receitas estabelecidas nas constituições e leis orgânicas dos entes federados (art. 3º., §

---

1º., II). Estão entre estes, a título exemplificativo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador **(FAT)** e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do CentroOeste **(FNE, FNO e FCO)**. Adotou a mesma providência com relação aos fundos que fornecem garantias e avais para o incentivo da atividade econômica, como o Fundo de Garantia à Exportação **(FGE)**.

Foram expressamente protegidos, também, todos os **fundos instituídos pelo Poder Judiciário, Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensorias Públicas e Procuradorias Gerais dos Estados**, previstos no art. 76-A, parágrafo único, da ADCT. Da mesma forma, foram excepcionados os seguintes fundos expressamente nominados: Fundo Nacional de Segurança Pública **(FNSP)**; Fundo Penitenciário Nacional **(FUNPEN)**; Fundo Nacional Antidrogas **(FUNAD)**; Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico **(FNDCT)** e Fundo de Defesa da Economia Cafeeira **(FUNCAFE)**.

O projeto estabelece **a possibilidade de que os fundos extintos pela PEC sejam ratificados** pelos respectivos entes legislativos por meio de Lei Complementar específica até o final do segundo exercício financeiro subsequente à data de sua eventual promulgação. Considerando o debate jurídico acerca da competência para iniciativa de Lei neste sentido (ratificação do fundo), o Relatório produzido pela CCJC/SF mostra-se suficientemente criterioso no sentido de prevenir questionamento sobre possível vício de iniciativa, incluindo no projeto a competência explícita tanto do chefe do Poder Executivo, quanto de qualquer um dos membros do Poder Legislativo para tanto.

Por outro lado, a exigência de ratificação dos fundos considerados suficientemente importantes para serem mantidos, por via de lei complementar, impõe aos Estados, Distrito Federal e Municípios, um ônus indevido e sem amparo jurídico, porquanto, além de interferir na vigência de normas já editadas pelos entes federados, afeta também a produção de novas, seja obrigando os legisladores de Estados, DF e municípios ao dever de legislar, seja obrigando-os, como também aos agentes políticos destes entes federados, a buscarem um quórum qualificado para a manutenção de leis que já haviam atendido a todos os requisitos legais necessários à sua produção, adequadamente inseridas no ordenamento jurídico, e que atendiam perfeitamente aos interesses locais.

Quanto ao **uso das receitas desvinculadas dos referidos Fundos**, que no projeto original era bastante genérico, limitando-se a dizer que parte delas “*poderá ser destinada a projetos e programas voltados à erradicação da pobreza e a investimentos*

*em infraestrutura que visem a reconstrução nacional” (verbis, g.n.), e, ainda, que o superávit financeiro das fontes dos recursos seriam destinados à amortização da dívida pública, destaca-se que a proposta aprovada pela CCJC/SF foi significativamente ampliada, especificando projetos e programas para os quais os recursos devem ser canalizados.*

Assim, de acordo com a nova redação do art. 4º. § 1º. da PEC, as receitas públicas desvinculadas em decorrência da extinção dos Fundos não ratificados no prazo legal serão destinadas a: **(a)** projetos e programas voltados à erradicação da pobreza; **(b)** investimentos em infraestrutura que visem a reconstrução nacional, com prioridade à implantação e conclusão de rodovias e ferrovias, além da interiorização de gás natural; **(c)** projetos e programas voltados à segurança de regiões de fronteira; **(d)** revitalização da Baía Hidrográfica do Rio São Francisco; e Projetos de pesquisa e Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação.

A par disto, a CCJC/SF ainda incluiu no parágrafo segundo deste mesmo artigo a obrigação de que o Governo Federal encaminhe ao Congresso Nacional, anualmente, demonstrativo do cumprimento de todas as destinações de recursos acima previstas.

Ademais, embora mantida a possibilidade de amortização da dívida pública com o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo, importante observar que o lapso temporal foi restringido ao período autorizado para a ratificação dos referidos fundos, estabelecido no art. 3º da PEC. Já o superávit financeiro dos recursos dos fundos públicos do Poder Legislativo, Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ao final de cada exercício, serão de livre destinação e aplicação pelas respectivas instituições.

Destarte, por si só, a extinção de fundos infraconstitucionais no âmbito do governo federal e a consequente desvinculação dos recursos para pagamento da dívida pública, bem como o estabelecimento do prazo de dois anos para a ratificação daqueles que sejam considerados de importância suficiente para evitar a sua extinção, não parece violar, **só por isto**, o disposto no art. 60 da Constituição Federal.

Há, entretanto, algumas questões que merecem uma atenção especial e reflexão pormenorizada.

**A primeira delas**, diz respeito à extinção geral e indiscriminada de fundos

públicos também no âmbito dos Estados, Distrito Federal e municípios, que se apresenta com potencial lesivo capaz de desestabilizar o pacto federativo.

O sistema federalista, conforme já deixamos assentado em nossa obra *PRINCÍPIOS JURÍDICOS*, *nasce no período do Estado Moderno como um movimento contrário às perspectivas do Estado Unitário, e com o intuito de promover uma forma de convivência entre vários centros de poder, onde todos e cada um deles estariam preservados de interferências e imposições, seja de uns sobre os outros, seja do poder central sobre os entes federados*. Em síntese, o federalismo tem as bases fincadas na idéia de descentralização do poder<sup>3</sup>.

Neste sentido, e de acordo com a Constituição de 1988, o pacto federativo resguarda a partilha de competência estabelecida na Constituição entre os entes federados, obstaculizando, assim, a interferência da União na autonomia de Estados, Distrito Federal e municípios, no que concerne aos interesses locais, conceito no qual se inserem os fundos públicos criados justamente para o atendimento de políticas públicas locais.

Tais circunstâncias já foram assentadas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2663/RS, quando o min. Luiz Fux, fez questão de registrar, *verbis*:

*A forma de Estado federalista adotada pela Constituição de 1988 consubstancia-se por um arranjo institucional que envolve a partilha vertical do poder entre diversas **unidades políticas autônomas**, que coexistem no interior de um único Estado soberano. Trata-se de um modelo de organização política que busca conciliar a unidade com a diversidade.*

*Embora existam diferentes modelos de federalismo, **há alguns elementos mínimos sem os quais uma federação se descaracterizaria. Dentre estes elementos, destaca-se a efetiva autonomia política dos entes federativos, que se traduz nas prerrogativas do autogoverno, auto-organização e autoadministração.*** (grifamos)

Na mesma decisão, após discorrer sobre as premissas teóricas do

---

<sup>3</sup> In: Gisela Gondin Ramos. *Princípios Jurídicos*. Ed. Forum, 2012, pp.279-283.



federalismo de cooperação, pluralismo e seus consectários fiscais, diz o ministro relator que:

---

*Dessarte, à luz de tal dinamicidade, a postura desta Corte em casos de litígios constitucionais em matéria de competência legislativa deve se desenvolver no sentido de prestigiar as iniciativas regionais e locais, a menos que ofendam norma expressa e inequívoca da Constituição. Essa diretriz parece ser a que melhor se acomoda à noção de federalismo cooperativo, como sistema que visa promover o pluralismo nas formas de organização política. (grifamos e destacamos)*

A Suprema Corte, aliás, tem registrado em inúmeras decisões que a violação ao pacto federativo se apresenta sempre que se verifique uma situação capaz de introduzir instabilidade no equilíbrio da federação ou tenha potencial de ocasionar ruptura da harmonia que deve prevalecer nas relações ente as entidades integrantes do Estado Federal<sup>4</sup>.

No caso em tela, ao impor aos Estados, Distrito Federal e Municípios a extinção automática de todos os fundos públicos instituídos em seus respectivos âmbitos de atuação, bem como exigir lei complementar, a ser editada no prazo de dois anos, para a ratificação daqueles que eventualmente devam ser mantidos, quer nos parecer uma **indevida invasão na competência residual dos Estados, estabelecida no art. 25, § 1º da CF, bem como na regra do art. 30, I, que estabelece a competência dos municípios para legislar sobre interesses locais.**

A justificativa da PEC, de que tais imposições tem por escopo “modernizar e aperfeiçoar os mecanismos de gestão orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, permitindo que os respectivos Poderes Legislativos reavaliem os diversos fundos públicos existente” (verbis), só faz confirmar o entendimento que sustentamos.

Vale destacar, neste ponto, a doutrina de Abhner Youssif, da qual se valeu

---

<sup>4</sup> Vide, neste sentido: ACO-359-8/SP, de 04/08/93; ACO-558, de 06/10/2005; ACO-1431/MA-REF-MC, de 23/10/2009; ADI-2077/MC, de 06/03/2013; AgR na ACO-1802/MS, de 16/05/2013; ACO-924/PR, de 19/05/2016; ADI-2663/RS, de 08/03/2017; ADI-3984/SC, de 30/08/2019; Ag Reg no RE-1.050.892/PE, de 30/08/2019.

com muita propriedade o ministro Luiz Fux, em voto proferido na ADI 2663/RS, ao aduzir que, em se tratando de um Estado Federalista, os aspectos tributários e financeiros se inserem dentro de suas definições mínimas. Confira-se:

---

Dentro dessas definições mínimas, traço importante que também deve ser destacado diz respeito à divisão constitucional de recursos financeiros, (expressão aqui adotada em sentido amplo), seja em relação à definição dos bens públicos, a atribuição de sua titularidade e a participação dos resultados de sua exploração; seja em relação às receitas públicas e sua consecutória repartição. Aliás, esse é um ponto particular de alta influência sobre o campo do Direito Financeiro, no qual se discute importante ferramenta para a execução do autogoverno, da auto-organização e da autoadministração dos entes federativos, das políticas públicas, da Federação e da própria democracia em geral: o orçamento público.

Com efeito, **o orçamento dos entes federados e a aplicação das receitas que lhes competem são questões diretamente ligadas ao desempenho da autonomia de cada um deles e de suas prerrogativas atribuídas pelo regime federativo**. Pode-se dizer, portanto, que a definição dos bens e receitas públicos, bem como as questões financeiro-orçamentárias a ela vinculadas, constitui traço fundamental à realização e concretização de uma federação como a brasileira”<sup>5</sup>. (grifamos e destacamos)

Na esteira destas lições doutrinárias, vale distinguir também as brilhantes observações do min. Fux, no mesmo voto já mencionado alhures, ao acentuar a tendência da Suprema Corte no fortalecimento do federalismo e no sentido de prestigiar a autonomia dos estados e municípios. Transcrevemos:

**Não se pode perder de vista que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos o pluralismo político (CRFB, art. 1º., V). Propõe-se, assim, que a regra geral deva ser a liberdade para que cada ente federativo faça as suas escolhas institucionais e normativas, as quais já se encontram**

---

<sup>5</sup> ARABI, Abhner Youssif Mota. Desdobramentos Financeiros do Federalismo Fiscal: participação no resultado da exploração de petróleo e o bônus de assinatura. In: GOMES, Marcus Lívio; ALVES, Raquel de Andrade Vieira; ARABI, Abhner Youssif Mota. Direito Financeiro e Jurisdição Constitucional. Curitiba: Juruá, 2016, pp. 13/14. Citado no voto vencedor da ADI 2663/RS, relatados pelo min. Luiz Fux, 08/03/2017.

**bastante limitadas por outras normas constitucionais materiais que restringem seu espaço de autonomia. – g.n.**

Na situação ora analisada, há, pois, evidente invasão de competência em assunto de interesse exclusivo de Estados, Distrito Federal e Municípios, na medida em que a União, à pretexto de emendar a Constituição, alterando a redação de seu art. 167 para instituir reserva de lei complementar para a criação de fundos públicos, acaba

---

dando um passo a mais, simplesmente **extinguindo indiscriminadamente todos os fundos infraconstitucionais, em todas as esferas de governo**. E, tudo isto, sem sequer ouvir os diretamente interessados, ou seja, os demais entes federados.

Não há dúvidas, portanto, de que as inovações trazidas pela PEC-187/2019, têm o efeito de limitar a autonomia de Estados, Distrito Federal e Municípios, extinguindo indiscriminadamente fundos públicos que foram constituídos em absoluta observância da legislação vigente, impondo, ademais, uma dificuldade adicional para a sua permanência no mundo jurídico, qual seja, a exigência de ratificação em prazo préestabelecido e exíguo, além de um quórum qualificado de lei complementar, simplesmente para que sejam mantidos.

Trata-se, a nosso ver, de uma situação com potencialidade conflituosa suficiente para abalar as estruturas do pacto federativo afigurando-se, destarte, inconstitucional.

**A segunda questão** que clama por atenção, embora tenha sido debatida pela Comissão quando da análise da emenda 14, apresentada pela senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) remete à manutenção das contribuições criadas como fontes de receita específicas dos fundos a serem extintos. É que, embora a PEC promova a extinção de todos os fundos infraconstitucionais e a consequente desvinculação de suas respectivas receitas para outras finalidades, ela também **mantém a obrigação tributária de recolhimentos** para estes fundos a serem extintos.

O caso destacado pela senadora proponente é esclarecedor: tome-se, por exemplo o *Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)* e o *Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL)*, cujas fontes de receitas são no primeiro caso, a contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta decorrente de prestação de serviços de telecomunicações e as transferências provenientes do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL); e, no segundo, contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de

telecomunicações, contribuição de 1% sobre a arrecadação bruta de eventos participativos realizados por meio de ligações telefônicas, e outros<sup>6</sup>.

---

O relatório aprovado pela CCJC/SF confirma a distorção, alegando que “a extinção dos fundos públicos não implicará, necessariamente, no fim das atividades e programas por eles realizados. Sendo do interesse público, esses gastos continuarão, apenas passarão a ser realizados diretamente por um determinado órgão público, não mais pelo fundo extinto”. E conclui: “Por isso, é necessário preservar as contribuições que, atualmente, são direcionadas aos Fundos” (*verbis*). Destacamos as expressões “necessariamente” e “sendo do interesse público”, porquanto elas deixam clara a possibilidade de que os recursos tenham sua finalidade desviada, como de fato consta da PEC, no caso do pagamento da dívida pública. Não há, no texto, qualquer garantia – nem mesmo remota – de que estes recursos seriam aplicados para a finalidade legal determinada. Ao passo que o termo “**necessariamente**”, no contexto que se insere, denota clara incerteza acerca do que será feito com os recursos; a expressão “**sendo de interesse público**” implica em duas imprecisões: a determinação do momento apropriado, e a fluidez do próprio conceito de interesse público.

Os advogados Luiz Roberto Peroba e Alice Marinho, do escritório Pinheiro Neto, colocam a questão em perspectiva no artigo publicado pelo conhecido site jurídico JOTA, em 05 de abril do corrente ano. Segundo eles, apesar dos argumentos trazidos pelo Relator na CCJC/SF, “*parece-nos incabível a manutenção de obrigações tributárias que possuem destinação a programas e projetos específicos financiados por fundos que venham a ser extintos. Isso porque, esse tipo de taxa e contribuição têm como requisito a existência de vinculação específica para atendimento a determinada finalidade por parte do agente estatal. Sem a ratificação da lei instituidora do fundo, nos termos da PEC, essa norma perde sua validade e, portanto, inexistiria o amparo legal necessário para se manter qualquer exigência fiscal. Além disso, na ausência de previsão legal a respeito da sua destinação, essas taxas e contribuições acabariam caracterizando verdadeiro ‘imposto’, que nada mais é do que a receita decorrente de tributos não vinculados a uma ação estatal, recolhidos de acordo com as várias hipóteses de incidência previstas na Constituição Federal. Para instituição de um novo imposto, contudo, é necessária a observância de 3 (três) requisitos: (1) aprovação por Lei Complementar; (2) determinação do fato gerador e base de cálculo diferentes daqueles determinados para outros impostos previstos na Constituição; e (3) adoção do princípio*

---

<sup>6</sup> Leis 9.998/2000 e 10.052/2000, respectivamente.

*da não-cumulatividade; os quais não seriam observados com a mera manutenção de taxas e contribuições anteriormente destinados a fundos públicos”.*

Destarte, não é difícil concluir que o que era taxa ou contribuição, passa a ser verdadeiro imposto, a partir de então sem o devido o respaldo legal e, portanto, inconstitucional.

**A terceira questão** importante diz respeito à redação do art. 5º. da proposta de emenda, segundo o qual *“durante o período a que se refere o art. 3º., o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo, apurados ao final de cada exercício, será destinado à amortização da dívida pública”* (verbis). O art. 3º diz respeito à ratificação - por Lei Complementar específica - dos fundos extintos no prazo subsequente de dois (2) anos.

Conforme destacado com muita propriedade pela senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), na sua Emenda nº 15, tal redação *“permite a interpretação de que qualquer fundo público, **inclusive os fundos constitucionais**, que não serão extintos no prazo previsto pelo art. 3º., da PEC, possam ter seus recursos acumulados utilizados para a amortização da dívida pública”* (verbis, g.n.).

O relatório aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal sustenta que *“o art. 5º da PEC cria uma regra temporária de **desvinculação dos recursos acumulados pelos fundos públicos**, em linha com o objetivo primordial de permitir maior flexibilidade à gestão financeira e orçamentária do setor público”* (grifou-se), razão pela qual foi mantida a redação do dispositivo.

Não obstante, a própria argumentação registrada pelo relator ao rejeitar a emenda, também aqui confirma a preocupação levantada, particularmente no que se refere aos fundos CONSTITUCIONAIS que, muito embora não estejam sujeitos à extinção pela PEC, passam a estarem sujeitos a ter seus recursos esvaziados, ainda que suas receitas e obrigações sejam decorrentes de determinações do texto constitucional.

Neste sentido, pode-se destacar a Nota Técnica nº. 222 emitida pelo DIEESE em março do corrente ano, quando diz:

*“De fato, a desvinculação das receitas é um ponto importante da PEC 187, que não se limita à proposta de extinção dos fundos, mas também prevê a revogação de todas as vinculações amparadas por legislação infraconstitucional até o final do ano civil em que for promulgada”, alertando que “sobre esse assunto, não foram localizados estudos ou diagnósticos que permitam dimensionar a proporção da desvinculação no total do orçamento”. E continua: “Embora a justificativa da PEC seja a de dar mais flexibilidade à gestão orçamentária, a fim de melhor atender às demandas da população, parece plausível supor que sua verdadeira finalidade é liberar recursos para o pagamento da dívida pública. Isso vai além da determinação de que nos primeiros dois anos de sua vigência os resultados positivos dos fundos que dependerem de ratificação por lei complementar tenham essa destinação. **A supressão permanente das vinculações infraconstitucionais retira a obrigação de que esses recursos sejam empregados em políticas públicas e autoriza o governo a utilizá-los, visando atender ao objetivo central da atual política econômica, que é o pagamento da dívida**” (grifamos).*

Embora a Nota Técnica se refira, neste ponto, unicamente aos fundos infraconstitucionais, nas suas “considerações finais” ela é explícita ao afirmar que “a PEC 187/2019 coloca em risco a existência de fundos infraconstitucionais que, em 2018, movimentaram R\$ 83 bilhões, **bem como os recursos acumulados de todos os fundos (constitucionais e infraconstitucionais)**, estimados em R\$ 219 bilhões, que podem ser desvinculados de suas finalidade para o pagamento da dívida pública”. Vale repetir, pois, o que foi suscitado pela senadora citada de que a redação do art. 5º da PEC, em sua forma atual, possibilita, sim, a interpretação de o mesmo pode ocorrer também com os fundos constitucionais, o que extrapola inclusive o escopo da PEC em questão.

Com efeito, os Fundos Públicos, segundo a doutrina de Arnold Wald, são “***um patrimônio com destino específico, abrangendo elementos ativos e passivos vinculados a certo regime que os une, mediante a afetação dos bens a determinadas finalidades, que justifique adoção de um regime jurídico próprio***”<sup>7</sup>. Na mesma esteira Fernando Dias, para quem “***um fundo pode ser definido como um conjunto de recursos, previamente definidos na sua lei de criação ou em outro ato legal, destinados exclusivamente ao desenvolvimento de atividades públicas devidamente caracterizadas***” (verbis)<sup>8</sup>. Também Osvaldo Maldonado Sanches, quando explica que fundos públicos “*não são*

---

<sup>7</sup> In Revista de Direito Mercantil, nº 80, p. 15-23. Citado no artigo “Fundos Públicos”, de Katlin Cardoso de Sousa e outros, publicado em fev/2015 pelo site jurídico JUS BRASIL.

<sup>8</sup> Na obra Instituição de fundos por iniciativa parlamentar: considerações acerca do debate no Senado Federal. Senado Federal. Núcleo de Estudos e Esquisas da Consultoria Parlamentar. Boletim Legislativo 81, ago/2019. Citado na Nota Técnica 222 do DIEESE, de março/2020.

*entes da estrutura organizacional do setor público, constituindo, apenas, afetações (vinculações) de recursos (dotações, recursos financeiros e outros ativos) a determinados objetivos”<sup>9</sup>.*

Considerando isto, quer nos parecer que mesmo uma “**desvinculação temporária**” dos recursos, conforme mencionado no relatório da CCJC/SF, de modo a permitir o simples redirecionamento destes para o pagamento da dívida pública, sem considerar que o fundo possa ser ratificado no prazo legal (no caso dos fundos

---

infraconstitucionais) ou sem levar em conta sequer que determinado fundo seja protegido pela Carta Magna (tanto no caso dos Fundos Constitucionais, quanto daqueles que mesmo infraconstitucionais, se destinam ao atendimento de um fim social de claro interesse público), configura um desvio de finalidade, e, portanto, caracterizador do vício de inconstitucionalidade.

Nas duas hipóteses acima parece, a esta análise, evidente a caracterização do desvio de finalidade da norma, dada a **descaracterização da natureza jurídica das taxas e contribuições** que compõem os referidos fundos públicos que, **a partir da PEC 187/2019 passam a se equiparar a IMPOSTOS** (caracterizado pela generalidade, com incidência alheia à vontade do contribuinte, e independente de qualquer atividade estatal específica), sem que, para tanto, tenham sido previamente atendidos os requisitos constitucionais necessários estabelecidos no art. 154 da Constituição Federal.

Há, finalmente, **uma quarta questão** que, a nosso ver, exige detalhamento ainda mais aprofundado. É que se está tratando, de acordo com a proposta original, da possível extinção de 248 fundos infraconstitucionais, apenas no âmbito federal. E o que mais nos chamou a atenção, durante nossas pesquisas na página de tramitação da PEC no endereço digital do Senado Federal, especificamente nos documentos que integram a tramitação da referida PEC 187, é a completa ausência da listagem destes mencionados 248 fundos. Não a encontramos em lugar algum. Tampouco localizamos as listas dos possíveis fundos estaduais e municipais que estariam sendo extintos. E custa-nos acreditar que os ilustres senadores tenham debatido a matéria sem o conhecimento de quais seriam exatamente os fundos ameaçados de extinção, sendo certo que alguns deles foram expressamente mencionados durante os trabalhos e nos relatórios e emendas apresentados à Comissão.

---

<sup>9</sup> In Fundos Federais: origens, evolução e situação atual na Administração Federal. Revista de Administração Pública (RAP/FGV) de jul/ago/2002. Citado na Nota Técnica 222 do DIEESE, de março/2020.

Com muita dificuldade, localizamos a lista dos fundos que seriam alcançados pela PEC no âmbito na União, publicada pelo jornal Gazeta do Povo com base em informações oficiais prestadas pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério da Economia, e que acompanha este parecer como ANEXO<sup>10</sup>.

Temos que a listagem e o detalhamento destes Fundos, seus tempos de existência, volume de arrecadação, base legal, dentre outros atributos aplicáveis, são de extrema importância, até mesmo essenciais no debate da constitucionalidade da PEC,

---

porquanto é da análise de cada fundo, das implicações da sua extinção e desvinculação das respectivas receitas, que se pode chegar a uma conclusão a respeito das consequências para a efetivação dos direitos fundamentais expressos na Constituição, o que nos permitiria uma conclusão de que a PEC 187 estaria ou não invadindo o âmbito de proteção material estabelecido pelo art. 60 da Carta.

A esse respeito, e remetendo novamente à Nota Técnica nº. 222, do DIEESE, *“a aprovação da PEC 187 possibilitaria ao Poder Executivo direcionar para o pagamento da dívida pública os resultados financeiros acumulados pelos fundos. A legislação atualmente em vigor obriga que tais resultados sejam destinados aos objetivos para os quais os fundos foram criados”*.

O superávit financeiro de R\$ 219 bilhões, mencionado na justificação da PEC, e reiterado pelo relator na CCJC/SF, segundo a mesma Nota, parece se referir a apenas 243 fundos públicos federais, constitucionais e infraconstitucionais, conforme levantamento feito com base em dados oficiais da Controladoria Geral da União - CGU<sup>11</sup>. Segundo este documento, *“se o redirecionamento envolvesse os resultados acumulados até 2018, as áreas ligadas ao desenvolvimento regional e econômico teriam perdido mais de R\$ 67 bilhões (Tabela 2). O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – que custeia o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e outros programas que também atendem aos trabalhadores, como qualificação e intermediação de mão-de-obra – poderia ter sido reduzido em 47 bilhões. Transporte e ciência e tecnologia estariam entre*

---

<sup>10</sup> Vide ANEXO. Fonte: Na edição online de 13 de agosto de 2020, acessada na mesma data. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/governo-inclui-fgts-em-lista-de-fundos-que-podem-ser-extintos/>

<sup>11</sup> De acordo com a Tabela 2 – Fundos públicos federais com superávits acumulados até 2018 em R\$ milhões. Fonte: Controladoria Geral da União – CGU. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31%2D47d7%2D4485%2Dab65%2Dab0cee9cf8fe&ID=820477&Web=88cc5f44%2D8cfe%2D4964%2D8ff4%2D376b5ebb3bef>



*as áreas mais afetadas, com reduções que chegariam a R\$ 32 bilhões e R\$ 17 bilhões, respectivamente. A cultura poderia perder quase R\$ 4 bilhões, enquanto **saúde e educação, juntas, seriam reduzidas** em R\$ 1,2 bilhão. **Habitação, segurança pública e gestão ambiental também estão entre as áreas que podem perder recursos**” (verbis – destacou-se).*

Fica patente o entendimento que, a esta análise, a eliminação de alguns fundos públicos influencia diretamente a realização dos direitos e garantias fundamentais salvaguardados pela Constituição Federal, circunstância que, a nosso ver, encontra óbice no art. 60, § 4º., que, a seu turno, veda qualquer proposta de Emenda Constitucional tendente a abolir direitos fundamentais. Saúde, educação, segurança pública e preservação do meio ambiente, dentre outros, são direitos fundamentais assegurados pela nossa Carta que, como todos sabemos, não se limitam apenas àqueles expressamente relacionados no art. 5º., da Constituição, mas alcançam também, por

---

força do disposto no parágrafo segundo do mesmo dispositivo, todos aqueles decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Da análise de tudo quanto foi exposto, concluímos que a Proposta de Emenda Constitucional nº 187/2019, conquanto, até o presente momento, aparentemente atenda aos requisitos formais de constitucionalidade estabelecidos no art. 60 da Constituição já especificados alhures (incisos I a III, e §§ 1º., 2º. e 5º.), acaba por encontrar óbice nas limitações materiais da mesma Carta, no que diz respeito ao desvio de finalidade, à transmutação de contribuições em verdadeiros impostos, e no prejuízo proporcionado pela retirada de recursos de áreas sensíveis e constitucionalmente protegidas, como educação, cultura, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e outras tantas que compõem o sistema constitucional de proteção e garantia de Direitos Fundamentais às quais os referidos fundos dão suporte e eficácia, consubstanciando-se em violação, também, ao art. 6º da Constituição, que protege os direitos sociais.

No que diz respeito à extinção indiscriminada de fundos públicos no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, verifica-se um extrapolamento da prerrogativa normativa da União ao dispor sobre o tema, com evidente potencial lesivo ao equilíbrio e harmonia entre os entes federados, e, via de consequência, violação ao princípio federativo consagrado na Constituição, em especial no art. 60, § 4º., I.

É o parecer, que submeto à douta apreciação dos demais membros da Comissão de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), com a sugestão de que, uma vez aprovado, seja remetido à apreciação do Plenário do Instituto

com a recomendação de encaminhamento ao Conselho Federal da OAB para a análise de eventual ajuizamento da ação pertinente junto ao Supremo Tribunal Federal.

Florianópolis (SC), 01 de setembro de 2020.

Gisela Gondin Ramos<sup>12</sup>

Membro efetivo da Comissão de Direito Constitucional do IAB

---

## ANEXO

### LISTA DE FUNDOS PÚBLICOS DA UNIÃO AFETADOS PELA PEC 187/2019

Publicada pelo jornal Gazeta do Povo, com base em informações oficiais prestadas pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério da Economia. Na edição online de 13 de agosto de 2020, acessada na mesma data. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/governo-inclui-fgts-emlista-de-fundos-que-podem-ser-extintos/>

Fundo Aeronáutico

Fundo Aeroviário

Fundo Agroindustrial de Reconversão

Fundo Amazônia

Fundo Catástrofe do Seguro Rural

Fundo Conselho Nacional dos Produtos de Cacau

Fundo Conta de Consumo de Combustíveis

Fundo Conta de Desenvolvimento Energético

---

<sup>12</sup> advogada inscrita na OAB/SC sob n. 3900. Na ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, exerceu vários cargos, tendo sido conselheira e diretora da Seccional de Santa Catarina no período de 1998 a 2003; e CONSELHEIRA FEDERAL no período 2004/2010, reeleita em 2013, quando foi escolhida pelo Conselho Federal da OAB para representar a advocacia junto ao Conselho Nacional de justiça (CNJ), onde permaneceu no período 2013 a 2015. Foi Vice-Presidente do Instituto dos Advogados de Santa Catarina (IASC), no período 2005 a 2010. É Membro efetivo do INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (IAB), desde MAR/2001, onde integra a Comissão de Direito Constitucional. Autora da obra ESTATUTO DA ADVOCACIA – COMENTÁRIOS E JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA (ed. Forum). *Advocacia: inexistência de relação de consumo* (ed. Fórum). *PRINCÍPIOS JURÍDICOS* (ed. Forum). Colaboradora na obra *A importância do advogado para o direito, a justiça e a sociedade*, organizada pelo Dr. Mário Antônio Lobato de Paiva (ed. Forense). Colaboradora na obra "Reflexões sobre a Constituição. Uma homenagem da Advocacia Brasileira". Conselho Federal da OAB. Ed. Alumnus, 2014.

Fundo Conta Especial Emprego e Salário

Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S/A

Fundo da Central de Medicamentos

Fundo da Marinha Mercante

Fundo da Reserva Global de Reversão

Fundo da Secretaria Especial de Editoração e Publicação

Fundo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal

Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul

Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal

Fundo de Amortização dos Empréstimos Internos

Fundo de Amparo à Tecnologia

**Fundo de Amparo ao Trabalhador**

Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal para Direção e Assessoramento Superiores

Fundo de Apoio à Cultura do Caju

Fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas

Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

Fundo de Arrendamento Residencial

Fundo de Assistência a Maternidade

Fundo de Assistência ao Atleta Profissional

Fundo de Assistência ao Desempregado

Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

Fundo de Assistência Habitacional

Fundo de Assistência Hospitalar

Fundo de Atividades Espaciais

Fundo de Atividades para a Amazônia

Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda

Fundo de Compensação e Variações Salariais

Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados

Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica

Fundo de Custeio de Programas de Habitação Popular

Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

Fundo de Defesa de Direitos Difusos

Fundo de Democratização do Capital de Empresas

Fundo de Desenvolvimento da Amazônia

Fundo de Desenvolvimento da Produtividade

Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

Fundo de Desenvolvimento Regional

Fundo de Desenvolvimento Social

Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico

Fundo de Direito Autoral

Fundo de Educação Especial

Fundo de Eletrificação Rural

Fundo de Equilíbrio de Sinistralidade

Fundo de Estabilidade do Seguro Agrário

Fundo de Estabilidade do Seguro Rural

Fundo de Estabilização

Fundo de Estabilização da Receita Cambial

Fundo de Estudos do Mar

Fundo de Financiamento à Exportação

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas

Fundo de Financiamento de Estudos e Pesquisas Técnicas

Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL

Fundo de Financiamento para água e esgoto do DF

Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica

Fundo de Garantia à Exportação

Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Fundo de Garantia dos Depósitos e Letras Imobiliárias

Fundo de Garantia para a Construção Naval

Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade

Fundo de Imprensa Nacional

Fundo de indenização do trabalhador portuário avulso

Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

Fundo de Integração de Transportes

Fundo de Investimento Cultural e Artístico

Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura

Fundo de Investimento Social

Fundo de Investimentos da Amazônia

Fundo de Investimentos do Nordeste

Fundo de Investimentos Setoriais

Fundo de Liquidez da Previdência Social

Fundo de mecanização da lavoura no vale do São Francisco

Fundo de Melhoramento do Porto

Fundo de Metrologia

Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional

Fundo de Modernização e Reorganização Industrial

Fundo de Pagamento de Prestação Caso Perda Renda Desemprego

Fundo de Participação PASEP

Fundo de Participação PIS

Fundo de Participação PIS/PASEP

Fundo de Pesquisa e de Recursos Naturais do Nordeste

Fundo de pre-investimento para a integração da América Latina

Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate ao Abuso de Drogas

Fundo de Previdência Complementar com Garantia de Financiamento Imobiliário

Fundo de Previdência e Assistência Social

Fundo de Promoção Cultural

Fundo de Promoção de Turismo do Mercosul - Fptur

Fundo de Promoção do Esporte Amador

Fundo de Reaparelhamento Penal

Fundo de Recuperação da Agro-Indústria Canavieira

Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Fundo de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira

Fundo de Renovação Patrimonial

Fundo de Resgate e Controle da Dívida Interna Fundada Federal

Fundo de Saúde da Aeronáutica

Fundo de Saúde da Marinha

Fundo de Saúde do Exército

Fundo de Saúde dos Militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar

Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Fundo do Arquivo Nacional

Fundo do Centro Gráfico do Senado Federal

Fundo do Estado-Maior das Forças Armadas

Fundo do Exército

Fundo do Ministério da Defesa

Fundo do Patrimônio Mundial

Fundo do Serviço Militar

Fundo Especial "do Petróleo"

Fundo Especial da Loteria Federal

Fundo Especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos

Fundo Especial da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

Fundo Especial de Administração das Empresas Incorporadas

Fundo Especial de Alimentação Escolar

Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos

Fundo Especial de Auditoria

Fundo Especial de Conservação e Segurança do Tráfego

Fundo Especial de Cooperação Técnica

Fundo Especial de Desenvolvimento das Operações das Caixas Econômicas Federais

Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização

Fundo Especial de Educação e Saúde

Fundo Especial de Estudos e Pesquisas Educacionais

Fundo Especial de Financiamento da Assistência Médica

Fundo Especial de Financiamento de Campanha

Fundo Especial de Formação de Pessoal

Fundo Especial de Formação, Qualificação, Treinamento e Desenvolvimento do Servidor Público

Fundo Especial de Informática e Automação

Fundo Especial de Manutenção e Investimentos

Fundo Especial de Publicidade e Divulgação

Fundo Especial de Serviços Públicos e Investimentos Municipais

Fundo Especial de substituição de trechos ferroviários

Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento

Fundo Especial do Instituto de Aposentadoria e Pensões do Empregados em Transportes e Cargas

Fundo Especial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Fundo Especial do Senado Federal

Fundo Especial do Serviço Nacional de Formação Profissional Rural

Fundo Especial do Serviço Nacional de Informações

Fundo Especial dos Direitos da Mulher

Fundo Especial dos Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo e Gás Natural

Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural

Fundo especial para a construção e manutenção de leprosarios

Fundo Especial para Construção e Conservação de Estradas de Rodagem Federais

Fundo Especial para Deficientes da Visão

Fundo Especial para Deficientes de Audição

Fundo Especial para Desenvolvimento do Programa Habitacional do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

Fundo Federal Agropecuário

Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário

Fundo Federal de Eletrificação

Fundo Ferroviário Nacional

Fundo Fiduciário para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

Fundo Fiduciário para o Minério de Ferro da UNCTAD

Fundo Financeiro de Pesquisa

Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata

Fundo Financeiro para o Programa de Arquivos Ibero-Americanos

Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização

Fundo Florestal

Fundo Garantia Safra

Fundo Garantidor da Habitação Popular

Fundo Garantidor de Créditos

Fundo Garantidor de Financiamentos

Fundo Garantidor de Infraestrutura

Fundo Garantidor de Investimentos

Fundo Garantidor de Operações

Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas

Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil

Fundo Geral de Turismo

Fundo Geral do Cacau

Fundo Global para o Meio Ambiente



### Fundo Nacional Antidrogas

Fundo Nacional da Aviação Civil

Fundo Nacional da Cultura

Fundo Nacional da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

Fundo Nacional de Ação Comunitária

Fundo Nacional de Assistência Social

Fundo Nacional de Cooperativismo

### Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

Fundo Nacional de Desenvolvimento I

Fundo Nacional de Desenvolvimento II

Fundo Nacional de Desestatização

Fundo Nacional de Educação

Fundo Nacional de Energia Nuclear

Fundo Nacional de Ensino Médio

Fundo Nacional de Ensino Primário

Fundo Nacional de Ensino Superior

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transportes

Fundo Nacional de Investimentos

Fundo Nacional de Investimentos Ferroviários

Fundo Nacional de Meio Ambiente

Fundo Nacional de Mineração

Fundo Nacional de Pavimentação

Fundo Nacional de Pesquisas

Fundo Nacional de Refinanciamento Rural

Fundo Nacional de Reforma Agrária

Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito

### **Fundo Nacional de Segurança Pública**

Fundo Nacional de Telecomunicações

Fundo Nacional do Idoso

Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente

Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil

Fundo Nacional sobre a Mudança de Clima

Fundo Naval

Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL

Fundo para Aparelhamento e Aperfeiçoamento das Atividades-Fim da Polícia Federal

Fundo para as Atividades de Informática

Fundo para constituição de estoques reguladores

Fundo para Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Doce

Fundo para Investimentos Sociais

Fundo para melhoria da distribuição de gêneros alimentícios

Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

Fundo para Operações Especiais

Fundo para Reconstituição de Bens Lesados

Fundo Patrimonial da Câmara Sindical dos Corretores de Fundos Públicos da Capital Federal.

### **Fundo Penitenciário Nacional**

Fundo Portuário Nacional

Fundo Rodoviário Nacional

Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

Fundo Rotativo Habitacional de Brasília

Fundo Setorial do Audiovisual

Fundo Soberano do Brasil

Fundo Social

Fundo Social Ferroviário

Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário

